

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



OUTUBRO/2017 Nº 102

A REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO

SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA AMATRA-2 DISCUTE
OS IMPACTOS DA LEI 13.467, QUE ENTRA EM VIGOR
NO DIA 11 DE NOVEMBRO

PÁG. 10



UM ANO DE GESTÃO
PRESIDENTE E
CORREGEDORA
FAZEM BALANÇO
E FALAM
DO FUTURO

PÁG. 6



REFORMA TRABALHISTA



MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

VICE-PRESIDENTE

MARCELO AZEVEDO CHAMONE

DIRETOR-SECRETÁRIO

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

XERXES GUSMÃO

DIRETORIA SOCIAL

ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO

TATIANA A. JULIA E. H. BELOTI MARANESI

BEATRIZ FEDRIZZI BERNARDON

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ

LÁVIA LACERDA MENENDEZ

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

DESEMBARGADORES

TITULAR: ELZA EIKO MIZUNO

SUPLENTE: SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

SUPLENTE: RAQUEL MARCOS SIMÕES

DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

JEFFERSON AMARAL GENTA

DIRETORIA DE APOSENTADOS

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

MARIA CRISTINA FISCH

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALÉRCIO

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

CONSELHO FISCAL

TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

RODRIGO ACUIO

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

JULIANA EYMI NAGASE

COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADRIANA PRADO LIMA

ROGÉRIA DO AMARAL

MARIA FERNANDA DE QUEIROZ DA SILVEIRA

JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

DIANA MARCONDES CESAR KAMBOURAKIS

JOSÉ CARLOS CASTELLO BRANCO

DIRETORIA DE ASSUNTOS

LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

LAURA RODRIGUES BENDA

JULIANA JAMTCHEK GROSSO

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLÁVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO

DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CLÁUDIA FLORA SCUPINO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

JULIANA FERREIRA DE MORAIS AZEVEDO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

JULIANA HEREK VALÉRIO

AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235 -

BLOCO B - 10º ANDAR

BARRA FUNDA - SÃO PAULO - SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 - FAX: (11) 3392-4727

O JORNAL MAGISTRATURA E TRABALHO

É FEITO PELA

VARIEDADE DE COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 - 9º ANDAR

PERDIZES - SÃO PAULO - SP - CEP: 05013-001

TEL.: (11) 2501.2202

JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS - MTB 1.259/DF

PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORANTE

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

ALEXANDRE SACONI (TEXTO E FOTOS)

GABRIEL KWAK (REVISÃO)

FOTOS DE CAPA: COMUNICAÇÃO AMATRA-2

SEM ESPAÇO PARA DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS E POLARIZAÇÃO



GUTO SEIXAS

Caros associados:

Em meio a diversas atividades associativas, paro para rever um pouco do nosso dia a dia exposto na presente edição do Jornal Magistratura e Trabalho. Enfim, é a nossa AMATRA-2 atuando em áreas diversas e em todas com muita, mas muita dedicação.

Neste segundo semestre de 2017, há pouca esperança visível no horizonte próximo. O Poder Judiciário é a bola da vez, especialmente a Justiça do Trabalho. A cada semana vemos um grande veículo de comunicação divulgar notícias ou editoriais que afetam, direta ou indiretamente, a imagem pública em torno da condição pessoal dos Magistrados ou do regime jurídico da Magistratura.

Nos últimos anos, a situação tornou-se ainda mais grave para a Magistratura do Trabalho, na comparação com as demais carreiras de Estado e afins da União. Os chamados “penduricalhos”, largamente concedidos no âmbito dos Estados, aprofundam esse quadro em relação aos Juizes da União.

A pauta legislativa atual busca enfraquecer o Judiciário, abrindo caminho para a defesa de interesses próprios e deixando de lado a verdadeira essência política que é o bem social. É o começo da destruição do arcabouço de democracia que a duras penas foi construído em nossa nação.

As reformas trabalhista e previdenciária colocam dúvida e insegurança no nosso cotidiano e futuro.

Não há mais espaço para diferenças ideológicas e polarização. É preciso que todos se envolvam e deem sua contribuição. Somente unidos e conhecendo a realidade de nossos problemas podemos lutar pelo respeito que a Magistratura do Trabalho merece e superar essa situação transitória e adversa.

Para o aprimoramento dessas empreitadas, bem como constituição de outras de igual importância, contamos com a imprescindível participação de todos os Associados e da Administração do TRT-2.

Diante de todas as dificuldades, agradeço sempre aos que estendem seu apoio com palavras e ações de incentivo, e também aos que criticam, integrando o processo natural do amadurecimento de nossos passos.

De nossa parte, continuaremos debruçados em busca de soluções que garantem melhores condições de trabalho e independência ao Magistrado, seguindo em vigilância constante para manter a Justiça do Trabalho no papel de vanguarda que sempre caracterizou na História da AMATRA-2.

Juntos somos mais fortes. Juntos pela Magistratura que queremos.

Um abraço,

Fábio Ribeiro da Rocha
Presidente da AMATRA-2



JANE DE ARAUJO/AGÊNCIA SENADO

REPRESENTANTES DE MAGISTRADOS E PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DE SÃO PAULO COM O PRESIDENTE DO SENADO, EUNÍCIO OLIVEIRA, (AO LADO), E NO TJ-SP COM A BANCADA PAULISTA: ESTRATÉGIA

EM DEFESA E PELA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

Na agenda do Presidente da AMATRA-2, audiências no Congresso, CNJ e Supremo, entre outras

Os últimos meses foram intensos na agenda de audiências e reuniões do Presidente da AMATRA-2, Fábio Ribeiro da Rocha. Todas elas partem de uma estratégia de conscientização de parlamentares e sociedade em torno da defesa e valorização da Magistratura. Com este objetivo, um dos compromissos mais importantes de Fábio Rocha aconteceu no dia 13 de setembro, quando representantes de entidades de Magistrados, encabeçados pelo Presidente da Anamatra, Juiz Guilherme Feliciano, tiveram um encontro no Congresso Nacional com os Presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na reunião com o peemedebista foram destacadas as preocupações da Magistratura, entre elas, o apoio do Senado Federal para a aprovação da PEC 63/13, que trata do Adicional por Tempo de Serviço (STM/VTM).

Já na pauta com Maia estava o Projeto de Lei 6726/16, que define as parcelas que devem ser submetidas ao teto remuneratório previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Ao ouvir ponderações dos Representantes da Magistratura, Maia admitiu excessos no projeto e afirmou que há diferenças entre algumas parcelas recebidas pelos Juízes. No entanto, deixou claro que está tratando do assunto com a Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Cármen Lúcia.

No mesmo dia, pela manhã, o Presidente da AMATRA-2 e representantes de outras entidades representativas dos Magistrados participaram de um café da manhã com a bancada parlamentar paulista organizado pela Anamatra.

Uma outra reunião semelhante, com representantes de São Paulo do Legislativo federal, aconteceu no dia 28 de agosto na sede do Tribunal de Justiça de São Paulo, e da qual participaram, além dos representantes das associações de Magistrados nacional e regional paulista, os Presidentes dos Tribunais, como o do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes. Entre os Parlamentares estiveram presentes a Senadora Marta Suplicy (PMDB) e os Deputados Federais Herculano Passos (PSD), Jefferson Campos (PSD), Antônio Goulart (PSD) e Orlando Silva (PCdoB).

Na semana anterior, o Presidente da AMATRA-2 esteve ainda no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no STF. No dia 22, ele e o Diretor de Prerrogativas da Anamatra, Juiz Luiz Colussi, foram recebidos pelos Conselheiros para tratar de demandas das entidades em trâmite no órgão, entre elas a possibilidade de o Juiz Substituto, que compõe a Reserva Técnica Fixa, escolher seu próprio Auxiliar (leia reportagem na página 05).



ASCOM/TJSP

95,03%

foi a taxa de produtividade do TRT-2 em 2016

Bem acima da média nacional e dos regionais de grande porte



REPRODUÇÃO INTERNET

EM CORREIÇÃO ORDINÁRIA, ELOGIO AO NÚMERO DE CONCILIAÇÕES

Dentro da política permanente de estimular os acordos, novo núcleo de conciliação passa a funcionar em Cubatão, na Baixada

No início de agosto, começou a funcionar no Fórum Trabalhista de Cubatão o 4º Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) sob a jurisdição do TRT-2. O novo núcleo de conciliação vai atender as cidades de Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá e Cubatão, todas na Baixada Santista e faz parte de uma política permanente de uso dessa modalidade para tentar facilitar a realização de acordos, agilizando a solução de conflitos trabalhistas.

A política de conciliação no TRT-2 rendeu na recente correição ordinária realizada entre os dias 11 e 15 de setembro pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva, muitos elogios.

“O TRT-2 teve uma taxa média de conciliação bem superior à média nacional e bem superior também aos tribunais de grande porte. Isso, provavelmente, se deve muito à instalação dos quatro centros de conciliação: na sede, na zona leste, na zona sul e na Baixada Santista. E todos eles dotados de estru-

ra física e funcional muito adequada ao seu funcionamento”, afirmou o Corregedor-Geral durante a leitura parcial da ata de correição. “É assim que deve ser. A vocação da Justiça do Trabalho é a pacificação Social. E não há melhor instrumento para isso do que a conciliação”, disse Paiva em entrevista.

A solenidade de inauguração do Cejusc-Baixada Santista foi conduzida pelo presidente do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes. O novo núcleo estará sob a responsabilidade do Juiz Eduardo Nuyens Horneaux. A AMATRA-2 foi representada, na ocasião, por sua Diretora Social, Juíza Isabel Cristina Quadros Romeo, que em seu discurso afirmou que “efetivamente, a conciliação e a mediação constituem instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios e sua apropriada disciplina, em programas já implementados no País, e têm reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, bem como a quantidade de recursos e também de execução de sentenças.”



12%
dos conflitos
no Poder Judiciário
foram resolvidos
por acordo

Na Justiça do
Trabalho, o índice
de conciliação
chegou a
26%

Fonte: Justiça em Números 2017 - CNJ

A AMATRA-2, O CORREGEDOR-GERAL E AS RECOMENDAÇÕES

O Presidente e Vice-Presidente da AMATRA-2, respectivamente, os Juizes Fábio Ribeiro da Rocha e Marcelo Chomone, foram recebidos pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, durante o período de realização da correição ordinária no TRT-2. Na ocasião, os representantes da entidade apresentaram sugestão visando à convocação permanente de Juizes Titulares ao 2º Grau, e alguns suplentes em casos excepcionais, para atender as férias e afastamentos dos Desembargadores do TRT-2 por todo o ano de 2018. No relatório conclusivo da correição, Paiva incluiu como recomendação ao Tribunal que “a possibilidade de res-

tringir a convocação de juiz Substituto para atuar no 2º grau a apenas um Magistrado por turma”. Tal sugestão visa a resolver a situação do Juiz Titular em Vara de Auxílio Fixo, uma vez que terá um Juiz Substituto em sua Unidade Judiciária durante todo o ano (além do Juiz Substituto do Auxílio Fixo), bem como a concessão de férias regulares aos Desembargadores e Juizes Titulares. Além do Presidente e Vice-Presidente da AMATRA-2, participaram da reunião com o Corregedor-geral as integrantes da Comissão Disciplinar e de Prerrogativas da entidade, a Desembargadora Silvana Abramo e a Juíza e Ex-Presidente da AMATRA-2 Patrícia Almeida Ramos.

FOTOS: DIVULGAÇÃO - COMUNICAÇÃO/TRT-2



PELO DIREITO DE ESCOLHER E VINCULAR UM SERVIDOR COMO AUXILIAR

TRT-2 é intimado por decisão de Conselheiro do CNJ a se manifestar sobre descumprimento de liminar concedida em agosto pela isonomia entre Juízes Substitutos



A LIMINAR
DO ENTÃO
CONSELHEIRO
GUSTAVO TADEU
ALKMIN (ACIMA)
FOI DEFERIDA
NO DIA 25 DE
AGOSTO

FOTOS: AGENCIA CNJ

Em decisão proferida no dia 19 de setembro, o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Bruno Ronchetti ratificou a medida liminar deferida pelo Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmin no dia 25 de agosto, que determinava que a Administração do TRT-2 respeitasse o princípio da isonomia entre os Juízes Substitutos, independentemente do regime de designação do Magistrado, garantido àquele que se encontra em Substituição Simples o direito de escolher e vincular um servidor para auxiliá-lo.

Além de ratificar a liminar, Ronchetti deu prazo para que o TRT se manifeste sobre o descumprimento da medida liminar. A decisão do Conselheiro foi dada após petição entregue em audiência dos presidentes da Anamatra, Juiz Guilherme Feliciano, e da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, e do Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Juiz Luiz Colussi, ao Conselheiro Ronchetti, substituto de Alkmin, cujo mandato terminou.

Caso a liminar seja cumprida, todos os Juízes Substitutos passarão a escolher o seu servidor auxiliar – como era antes da edição do ato administrativo GP 02/2017, do TRT-2. A lotação do servidor, no entanto, ficaria a critério da Administração do Tribunal.

Além da reunião com Ronchetti, os representantes da entidades associativas dos Magistrados do Trabalho tiveram uma audiência com o Conselheiro Rogério Nascimento, substituto legal do Juiz do Trabalho, Carlos Eduardo Dias, Conselheiro cujo mandato terminou recentemente. Com Nascimento, os Magistrados trataram do Procedimento de Controle Administrativo (PCA nº0006367-74.2017.2.00.0000), de autoria da AMATRA-2 e da Anamatra, que tem como objetivo assegurar o recálculo da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) de 2015 com base nos mesmos parâmetros adotados pela atual Administração do TRT-2.

MAIS UMA VARA DO TRABALHO EM MOGI DAS CRUZES

O Presidente do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes, inaugurou no final de junho a 4ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes.

O então Diretor de Prerrogativas da AMATRA-2, Juiz Richard Jamberg (foto), representou a Entidade na ocasião, quando destacou a necessidade da instalação de mais uma Vara do Trabalho em razão do grande volume processual na região.

A inauguração da nova Vara decorre da Resolução Administrativa nº 01/2017, que alterou e transferiu a jurisdição da 1ª VT de Cubatão-SP para Mogi das Cruzes-SP, que passa a ter quatro Varas Trabalhistas, e Cubatão, três.



COMUNICAÇÃO/TRT-2

BALANÇO DE UM ANO

Novos juízes, promoções, GECJ, metas, correições: com a palavra, após um ano de gestão, o Presidente e a Corregedora do TRT-2 falam do que já aconteceu e do que está por vir



FOTOS: DIVULGAÇÃO/ASSESSORIA DE IMPRENSA DO TRT-2

DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES, PRESIDENTE DO TRT-2

P. Iniciada a reforma administrativa na atual gestão, quais medidas foram efetivamente implantadas, quais ainda serão implementadas e até quando o trabalho será concluído?

R. Constituí comissão composta por desembargadores, juízes e servi-

dores, que já apurou a situação de todas as áreas do tribunal, verificando as lotações e as atribuições de cargos e funções. Com a crítica, iniciamos a movimentação de pessoas, com vistas a aprimorar a distribuição de recursos humanos e financeiros, atendendo ao comando de eficiência da Constitui-

ção e às regras do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ordem inicial contempla movimentação para o primeiro grau, prioritariamente. Já houve a extinção de uma secretaria, com a realocação das diversas atividades antes ali concentradas. Seguem-se os próximos passos, que culminarão com a proposta de novo regulamento de pessoas do Tribunal, para apreciação pelo Pleno.

P. Qual é a expectativa de posse de novos juízes e servidores em face às vagas existentes e aposentadorias?

R. Nenhuma. Segundo as regras orçamentárias, as vagas abertas com a manutenção de gastos, como as jubilações e as instituições de pensões, não admitem reposição. O quadro é de bastante gravidade, na medida em que aposentamos pessoas diariamente, sem a possibilidade de reposição. Temos uma luta renhida à frente, para demonstrar a inviabilização da Justiça, se esse quadro persistir por muito tempo.

P. Uma vez aprovada a regulamentação dos critérios objetivos para promoção, em quanto tempo se pretende finalizar o preenchimento das vagas para Juiz Titular e Desembargador?

R. Assim que aprovada a regulamentação, serão incluídos em pauta os processos de promoção, o mais rapidamente possível.

P. O Ato GP 30/2017 permite, entre outros aspectos, a violação à intimidade e à privacidade dos Magistrados. A AMATRA-2 solicitou a revogação de alguns dispositivos da norma. O que levou o senhor a editá-lo?

R. O ato não institui nenhuma espécie de prática ilegal, nem patrocina violação da intimidade ou da privacidade de

Magistrados. Sua criação se deve à necessidade institucional de regulamentação da atuação do setor. Se existe, por exemplo, suspeita de escuta ilegal no âmbito de nossa atuação, como deve proceder a Secretaria de Segurança? Recentemente, enfrentamos um caso concreto dessa natureza e constatei que não existia regulamentação adequada. Esse normativo atende, ainda, às determinações dos Conselhos, sobre fixação de parâmetros claros, objetivos, transparentes e firmes para atuação dos órgãos internos de segurança institucional. Não me parece razoável que o presidente, desejando imiscuir-se – e se o fizesse, seria sempre em violação à Lei – na intimidade ou na privacidade de quem quer que fosse, baixasse um ato formal para isso. Soa paradoxal. O objetivo central da edição da norma é proteger os Magistrados, não expô-los. Registro, por oportuno, que os questionamentos feitos pela AMATRA acerca do assunto foram apreciados, um a um, conforme despacho proferido recentemente em requerimento apresentado pela Associação.

P. Com a estrutura administrativa atual, qual é a previsão de finalização do recálculo dos critérios para pagamento da GECJ (Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição)?

R. Embora o quadro de servidores sofra com as aposentadorias sem reposição e com a movimentação prioritária da força para o primeiro grau, estimo que as diferenças de GECJ deste exercício serão quitadas ao longo do ano. Apenas os cálculos indicarão, no entanto, a disponibilidade orçamentária.

P. Qual é a sua avaliação a respeito da relação institucional com a AMATRA-2 nesse primeiro ano e quais são as perspectivas para o segundo ano da gestão?

R. De nossa parte, as portas da presidência sempre estiveram e estão abertas ao debate, à crítica e às sugestões. Lamento ver a reiteração de medidas externas, como recurso ao CNJ, para solução de problemas que uma relação institucional mais amadurecida poderia sanar. Estimo que o caminho nos faça aprimorar o relacionamento institucional ao longo do período faltante para o encerramento da gestão.



DESEMBARGADORA JANE GRANZOTO, CORREGEDORA DO TRT-2

P. Os Juízes têm superado as metas de produtividade definidas pelo CNJ. Tendo em vista o déficit de pessoal e o impacto da reforma trabalhista, qual será a postura da Corregedoria quanto à cobrança sobre os apazamentos e serviços?

R. Independentemente do nefasto quadro vivido em razão de cortes orçamentários e deficiência no quadro de pessoal, a Corregedoria Regional não pode se omitir quanto ao seu papel institucional na cobrança dos apazamentos e serviços. O que pode – e deve – fazer a Corregedoria Regional, como Órgão de gestão geral e apoio às unidades judiciárias que compõem o TRT da 2ª Região, em primeiro grau de jurisdição, é proporcionar ferramentas e condições que auxiliem os Magistrados na gestão unitária, o que já vem sendo implementado, por meio do aumento no número de Varas em regime de auxílio fixo, a concessão de força-tarefa de servidores e as recuperações correicionais efetivadas, sempre que necessário.

P. A Corregedoria pretende adotar alguma medida com o intuito de desestimular o mau uso (intimidação) de pedidos de providências e reclamações disciplinares contra Magistrados?

R. De fato houve um aumento no número de pedidos de providências e reclamações disciplinares nos últimos anos, mas não tenho a percepção de que tal tenha ocorrido para “intimidar” Magistrados, até porque, como agente de Estado, nunca poderá ser o Juiz intimidado. Também se constata o grande número de medidas correicionais – pedidos de providências, reclamações dis-

ciplinares e correições parciais – visando exclusivamente à revisão de decisões judiciais, o que tem sido prontamente repellido pela Corregedoria Regional, na medida em que não lhe cabe adentrar a atuação jurisdicional e o livre convencimento do Magistrado. Por outro lado, não há “postura” a ser adotada pela Corregedoria Regional, visando a desestimular o uso – bom ou ruim – de medidas normativamente previstas. Trata-se do sagrado direito de petição, estabelecido em nossa Carta Magna.

P. Há previsão para continuar a ampliação do auxílio fixo até o final do mandato?

R. Seria de grande valia para a administração a implementação do regime de auxílio fixo em 100% das Varas, já que hoje contamos com 75%. Contudo, diante das limitações impostas no âmbito orçamentário, não há perspectiva de alteração do quadro a médio prazo.

P. Qual é a sua avaliação a respeito da relação institucional com a AMATRA-2 nesse primeiro ano e quais são as perspectivas para o segundo ano da gestão?

R. A relação da Corregedoria Regional com a AMATRA-2 sempre foi respaldada em muito respeito e extrema transparência. O diálogo é aberto e a diretoria da AMATRA-2 tem total espaço para a discussão de reivindicações e ideias.

Todavia, entendemos que esse diálogo poderia ser aprimorado, com a discussão de questões institucionais, visando à melhoria na atuação jurisdicional, em prol do cidadão, e não apenas matérias de cunho estritamente pessoal de Magistrados.

EVENTOS

ANDES E LEWANDOWSKI

O 33º Encontro Anual da AMATRA-2 acontecerá entre 17 e 20 de novembro em Santiago, Chile



A O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, será o principal palestrante do 33º Encontro Anual da AMATRA-2 entre os dias 17 e 20 de novembro, em Santiago, no Chile. O tema do evento neste ano é “Reafirmação dos Direitos Humanos”.

Além da participação do Ministro do STF, haverá uma homenagem especial ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, egresso do TRT-2 e que receberá na ocasião o título de Sócio Benemérito da entidade.

A programação em Santiago inclui uma visita, já no segundo dia, ao Museu da Memória e dos Direitos Humanos. Tanto o encontro quanto a hospedagem serão no hotel NH Collection Plaza Santiago. Mais informações no site da AMATRA-2.

ESPORTES



JOGOS DA ANAMATRA 2017

Não perca o prazo: as inscrições para a 10ª Edição dos Jogos Nacionais da Anamatra estão abertas até o dia 11 de outubro. Portanto, ainda dá tempo para se preparar e participar. O evento acontecerá de 01 a 04 de novembro em Brasília. Para incentivar os associados que representarão a AMATRA-2, a entidade subsidia aqueles que se inscreverem e efetivamente participarem de alguma modalidade esportiva nos jogos. Além disso, já disponibiliza atividades preparatórias para vôlei de praia, futebol, natação, corrida e tênis de mesa.

FUTEBOL E CHURRASCO NO CT DO TIMÃO

No final de junho, a Diretoria de Esportes com colaboração efetiva do Associado Juiz Rui César Públio Corrêa promoveu um churrasco com futebol no Centro de Treinamento do Corinthians - CT JOAQUIM GRAVA. Os participantes disputaram partidas de futebol, vôlei e

depois aproveitaram um churrasco completo. Houve, ainda, sorteio de vários brindes como camisetas do Corinthians. Um pacote para o Encontro Anual da AMATRA-2, que ocorrerá no Chile, também foi sorteado. O ganhador foi o Associado Anísio de Sousa Gomes.



OS TIMES FORMADOS POR JUÍZES E FAMILIARES DURANTE O DIA NO CENTRO DE TREINAMENTO DO CORINTHIANS

ENCONTRO DE AMIGOS

No tradicional almoço de confraternização dos Magistrados aposentados e da ativa, Vera Marta Publio Dias foi a grande homenageada



A MAGISTRADA VERA MARTA ENTRE A DIRETORA DE APOSENTADOS DA AMATRA-2, MARIA CRISTINA FISCH, E O PRESIDENTE FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA (ACIMA); AO LADO, COM FAMILIARES



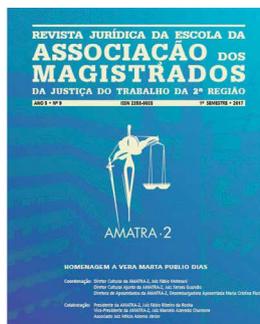
No dia 06 de julho, a Diretoria de Aposentados da AMATRA-2 promoveu o tradicional Almoço de Confraternização dos Magistrados da Ativa e Aposentados. Na ocasião, foi lançada a 9ª Edição da Revista Jurídica da Escola da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região, que homenageia a Associada Magistrada Vera Marta Publio Dias.

O presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, elogiou, em seu discurso, a carreira da homenageada e lembrou que a Magistrada Vera Marta Publio Dias, mesmo depois da aposentadoria, está sempre presente nos eventos da Associação.

Em seu discurso a Magistrada Vera Marta Publio Dias agradeceu a presença de todos e destacou a sua colaboração para o crescimento da AMATRA-2. A Diretora de Aposentados da entidade, Desembargadora Maria Cristina Fisch, entregou à homenageada um grande buquê de flores. Entre os convidados do evento, além de colegas que atuaram junto com a dra. Vera Marta, estavam presentes familiares da Magistrada. Uma emoção a mais.

03 de novembro

Prazo final para envio de textos para a próxima edição da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2



DATAS TOMARAM POSSE



27/06/2017

No cargo de Juízes Substitutos do TRT-2, os Juízes Matheus Barreto Campello Bione, Ana Paula Freire Rojas e Isabela Parelli Hadda Flaïtt. Os Magistrados Matheus Barreto Campello Bione e Ana Paula Freire Rojas tomaram posse em razão da aprovação no XLI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto. Já a posse da Juíza Isabela Parelli Hadda Flaïtt, que é oriunda do TRT-1 (RJ), ocorreu em razão de remoção.



03/07/2017

No cargo de Juízes Substitutos do TRT-2, os Juízes Ivi Martins Caron, oriunda da 1ª Região, em face de permuta triangular com Andréia Cristina Bernardi Wiebbelling, Matheus de Lima Sampaio, oriundo da 6ª Região, em razão de permuta com Hermano de Oliveira Dantas, e Marcel Luiz Campos Rodrigues, aprovado do XLI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal.



13/07/2017

No cargo de Juízes Substitutos do TRT-2, Deives Fernando Cruzeiro, Mateus Brandão Pereira, Tiago Batista dos Santos e Eliane Demétrio Ozelame, aprovados no XLI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto do TRT-2.



31/08/2017

No cargo de Juízes Substitutos do TRT-2, Carolina Orlando de Campos, Marcelo Pereira das Neves e Ângelo França Planas. A Magistrada Carolina Orlando de Campos, oriunda do TRT-9, foi empossada em razão de permuta. Os Magistrados Marcelo Pereira das Neves e Ângelo França Planas foram aprovados no XLI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto do TRT-2.



FOTOS: COMUNICAÇÃO AMATRA-2

A REFORMA TRABALHISTA SOB A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A aplicação da Lei 13.467/17 pelos Magistrados do Trabalho deu o tom do seminário realizado pela AMATRA-2, a menos de dois meses da nova norma entrar em vigor, dia 11 de novembro

POR ALEXANDRE SACONI

A pós a aprovação da reforma trabalhista no Congresso Nacional, a aplicação da Lei 13.467/2017 tem gerado diversos debates na sociedade, principalmente pela Justiça do Trabalho e pelos demais operadores do Direito. Para discutir este tema, a AMATRA-2 realizou no dia 15 de setembro, a menos de dois meses da norma entrar em vigor, o seminário “O Impacto da Reforma Trabalhista

nos Direitos Fundamentais Estabelecidos na Constituição Federal”. O evento teve o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), da Escola Judicial de São Paulo (EJUD-2), do MPT (Ministério Público do Trabalho), da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), da AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo) e da AASP (Associação dos Advogados de São Paulo).

Cerca de 600 pessoas, entre Magistrados, servidores e operadores do Direito, participaram do evento, que aconteceu no auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. Ao todo, foram oito painéis e nove palestrantes.

O discurso de abertura do seminário foi proferido pelo presidente da AMATRA-2, o Juiz do Trabalho Fábio Ribeiro da Rocha. Ele destacou os constantes ataques sofridos

NA MESA DE ABERTURA (DA ESQ. PARA DIR.): LIVIO ENESCU (AATSP), JUIZ RODRIGO GARCIA SCHWARZ, O PRESIDENTE DA AMATRA-2, FABIO RIBEIRO DA ROCHA, O PROCURADOR DO TRABALHO, WILLIAM SEBASTIÃO BEDONE, E O JUIZ MARCOS SCALÉRCIO



OS DESEMBARGADORES ANTERO ARANTES MARTINS E ADALBERTO MARTINS, DO TRT-2, E A MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES (ACIMA); GUILHERME FELICIANO, PRESIDENTE DA ANAMATRA

dos pela Justiça do Trabalho. “De um lado, vão-se litros de tinta e de saliva gastos com a defesa da restrição da atuação da Justiça do Trabalho. De outro, um eloquente silêncio sobre medidas efetivas para fazer cumprir a lei e reprimir a delinquência recorrente. Se há algo a ser extinto, certamente não é a Justiça do Trabalho, mas, sim, a tradição cultural de evitar o cumprimento voluntário das obrigações e achar que tudo é possível até que alguém de toga ordene, sob pena de pesar no bolso”, concluiu.

CARTA MAGNA

A Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), palestrante do painel “Impactos da Reforma Trabalhista, Violação de Princípios Constitucionais e Normas Convencionais”, jogou luz e esperança sobre a ideia de que a reforma trabalhista poderá não surtir todos os efeitos negativos esperados ao trabalhador. Para a Ministra, a reforma trabalhista não é toda a legislação trabalhista em si: “É uma lei que se insere no contexto da legislação trabalhista”. Delaíde considera que o País tem um arcabouço jurídico amplo quanto a esta legislação, como, por exemplo, a própria Carta Magna de 1988, que constitucionalizou vários direitos trabalhistas em seu artigo 7º. “Quem defende a legislação trabalhista sem conhecer a sistemática legislativa, imagina que a lei [da reforma] alterou tudo e que ela irá imperar sozinha, mas não é isso que vai acontecer”, destacou. No encerramento de sua fala, a ministra frisou: “A forma como a Lei da Reforma Trabalhista irá ingressar no cenário trabalhista e no mundo do trabalho a partir de 11 de novembro vai depender muito de nós, dos advogados trabalhistas, dos Juízes do trabalho, dos trabalha-



NO AUDITÓRIO DO FÓRUM RUY BARBOSA: CERCA DE 600 PESSOAS ENTRE MAGISTRADOS E OPERADORES DO DIREITO



OS JUÍZES DO TRABALHO MARCOS SCALÉRCIO (ACIMA) E EDUARDO ROCKENBACH PIRES (AO LADO), DO TRT-2, E O PROCURADOR RONALDO LIMA DOS SANTOS, DO MPT-2 (ABAIXO)



dores, das entidades sindicais e da sociedade brasileira. Como Magistrado, eu não estou pregando que a lei não seja aplicada. Eu estou pregando que ela seja aplicada no devido lugar em que ela deva configurar”, encerrou.

No mesmo painel, o Desembargador Antero Arantes Martins, do TRT-2, criticou a maneira como se deu a reforma, dizendo que quando leu pela primeira vez a Lei 13.467/2017 pensou que não haveria mais Direito do Trabalho, vindo a mudar de opinião apenas após um certo tempo. Esse amadurecimento, na opinião do Magistrado, o levou a concluir que a reforma trabalhista apenas ocorre no âmbito da Constituição Fede-

ral, não sendo aplicada isoladamente. “A Constituição de 1988 é a ‘Constituição Cidadã’, que protege a pessoa —colocando ela no centro de tudo—, e trabalhar faz parte de ser pessoa. Por isso nós temos de ter esse olhar, também agora sobre esta nova lei”, disse.

Ainda nesta linha, Martins destacou que a maneira como os operadores do Direito irão aplicar a lei é que determinará ou não o fim do Direito do Trabalho. “Se nós trabalharmos apenas com uma microvisão relativa à reforma, nós seremos capazes sim de destruir a Justiça do Trabalho. Mas não será o legislador, não será a lei que fará isso. Será a interpretação que nós dermos”, encerrou.





OS ADVOGADOS ROBERTO PARAHYBA DE ARRUDA PINTO, DA ABRAT, E OTÁVIO PINTO E SILVA (AO LADO), O DESEMBARGADOR APOSENTADO AMADOR PAES DE ALMEIDA E O JUIZ RODRIGO GARCIA SCHWARZ



PÂNTANO PERIGOSO

O Vice-Procurador-chefe Substituto do MPT-2, Wiliam Sebastião Bedone, integrante da mesa de abertura, disse que “a reforma (trabalhista), dolosamente, pretende jogar as relações de trabalho ao final do século XIX, início do século XX, onde ainda nem vigorava o Código Civil antigo, onde ainda as ordenações do reino vigoravam. Estamos sendo jogados em um pântano muito perigoso”, concluiu.

O primeiro painel do dia, “Danos Morais – Hipóteses de Configuração, Tabela de Indenização, Aspectos Processuais e Trabalho Intermitente”, foi presidido pelo Juiz do Trabalho Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferrei-

ra, do TRT-2. O Juiz do Trabalho do TRT-2, Marcos Scalécio, Diretor de Direitos Humanos da AMATRA-2, foi o palestrante. Em sua fala, Scalécio criticou a utilização do valor do salário da vítima como critério para a fixação da indenização por dano moral. “Por exemplo, estão trabalhando lado a lado o tio da limpeza —com todo respeito—, e o gerente da loja. Cai o teto do estabelecimento e, ao mesmo tempo, ‘racha’ a cabeça dos dois. Como o salário do gerente é de R\$ 5 mil, o dano dele vai ser maior. Agora, o do tio da limpeza, que ganhava R\$ 2 mil, R\$ 1 mil, vai ser menor. Isso é razoável? É correto entender que o ‘pobre’, por ganhar menos, merece um dano moral menor que o do ‘rico’, que ganha mais?”, questionou.

ESCRavidÃO NA LEI

Quanto ao trabalho intermitente, o Magistrado destacou que as contas dos trabalhadores, ao contrário desta modalidade de emprego, não são intermitentes. “Sinceramente, a diferença entre o trabalho intermitente e o trabalho escravo, para mim, é só que o trabalho intermitente está na CLT e o escravo não”, pontuou, alegando a gravidade desta modalidade de emprego.

O segundo painel, sobre terceirização, foi presidido pela Vice-Presidente da AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo), Sarah Hakim. A palestra foi dada pelo Juiz do Trabalho Eduardo Rockenbach Pires, do TRT-2. “A lógica da terceirização dos empregos é a lógica do trabalho humano como mercadoria, fato inaceitável”, pontuou.

Ele criticou a possível visão do Direito do Trabalho ser aplicado apenas de maneira suplementar às negociações entre empregador e trabalhador, como tratado pela atual reforma. “Se é para o Direito do Trabalho ser supletivo a uma negociação individual ou coletiva das partes, não há Direito do Trabalho”, afirmou. “O Direito do Trabalho serve para impor restrições à autonomia da vontade. E a vontade, neste plano, é muito restrita. Isso, pelo menos, em um dos lados do polo da relação de emprego”, definiu Rockenbach.

O terceiro painel do dia teve como tema “Novos Procedimentos na Terminação Contratual”, e foi presidido pelo Desembargador aposentado Amador Paes de Almeida, diretor de Aposenta-

dos da AMATRA-2. Ao introduzir o tema, o Magistrado lembrou que a Justiça do Trabalho vem sofrendo ataques de longa data. “Fiz o concurso em 1964 e fui nomeado por um General. Atravessamos uma das piores fases da Justiça do Trabalho. Já se dizia, àquela época, que os militares fechariam a Justiça do Trabalho. O bom senso subsistiu e não a fecharam. Mas, agora, eu ouço o Presidente da Câmara declarar ‘por que é que essa Justiça existe?’. Não dá para entender”, disse.

Após a exposição inicial do Desembargador aposentado, teve início a palestra, proferida pelo Juiz do Trabalho Rodrigo Garcia Schwarz, do TRT-2. O Juiz diz ser possível tirar alguma coisa boa da reforma, advertindo que “nós podemos fazer deste limão [a reforma] uma caipiroska, mas a cachaça não vem de graça. Nós temos de suar para isso”. Neste sentido, ainda lembrou: “[...] quanto a se fazer uma reforma, alguns marcos mínimos eram inarredáveis. Se eu removo aqueles marcos mínimos, que são como colunas, eu ponho o edifício abaixo. Em uma analogia, o edifício foi reformado, para o bem ou para o mal. Mas algumas colunas básicas foram mantidas. E é nessas colunas que a gente pode se apegar para manter essa edificação suficientemente forte”.

Ainda quanto à aplicação no dia a dia dos Magistrados de piso da nova legislação, Schwarz destacou o respeito necessário àqueles que buscam a Justiça do Trabalho. “Uma pessoa que teve sua dignidade afrontada no âmbito do contrato de trabalho não pode vir ao Judiciário e ter sua dignidade novamente arranhada, no âmbito do processo do trabalho. [...] então, a partir de agora, a reforma nos chama a uma reforma de pensamento. Nós temos de ser mais responsáveis na hora de aplicá-la”, concluiu.

Encerrando período da manhã, o Juiz do Trabalho Marcos Scalécio, um dos organizadores do evento, presidiu o painel “Jornada de Trabalho – Horas de Percurso, Jornada 12x36, Compensação, Trabalho em Tempo Parcial e Normas Sobre Saúde dos Trabalhadores – Redução do Intervalo Intrajornada, Partição das Férias, Gestantes e Lactantes e o Trabalho Insalubre”, que teve como palestrante o Presidente da ANAMATRA, o Juiz Guilherme Feliciano, do TRT-15.

CONTROLE DIFUSO

A aplicação da lei no cotidiano, observando os preceitos constitucionais acima de tudo, marcou a fala de Feliciano. “O texto não se confunde com a norma. Os Juízes vão interpretar o texto de lei e, a partir desta interpretação, vão decidir quais são as soluções concretas que derivam do texto de lei para cada litígio, para cada conflito que tenham de julgar. [...] Os Juízes de primeiro grau, os Desembargadores e, depois, o próprio TST poderão, também, fazer o controle difuso de constitucionalidade. Isto não vinculará a todos os cidadãos, mas, por outro lado, naquele caso concreto, o Juiz do Trabalho poderá dizer se algum preceito da lei 13.467 fere a Constituição e, portanto, não irá aplicá-lo”, destacou.

Abrindo os trabalhos do período da tarde, Otávio Pinto e Silva, advogado e professor da USP (Universidade de São Paulo), falou sobre “Justiça Gratuita e Litigância de Má-Fé”, em mesa presidida pelo advogado Roberto Parahyba de Arruda, presidente da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas). Silva criticou a maneira como a reforma trabalhista foi votada e aprovada, ficando “impressionado” com a velocidade que isso ocorreu. “Aquela votação [da reforma trabalhista] é algo de nos deixar estupefatos. O Senado da República, simplesmente, deixou de fazer qualquer tipo de alteração na lei que veio da Câmara”, ponderou, apontando a maneira atropelada como a tramitação da lei ocorreu.

Questionado se a lei iria “pegar”, o professor negou a possibilidade de ela ser ignorada. “Não tem como deixar de aplicar a reforma trabalhista. É uma lei que entra em vigor e tem que ser seguida. Foi elaborada de maneira mal redigida, mas foi [aprovada]. Agora, o que os Juízes vão fazer é interpretá-la e, para isso, vão usar a Constituição. A meu ver, o grande mote é o princípio da proteção como algo que tem que ser invocado para encontrar soluções jurídicas concretas para os problemas que aparecerem”, encerrou.

OTIMISMO E MUDANÇA

Apesar do pessimismo que a reforma trabalhista pode ter implantado junto aos operadores do Direito, diversos participantes do evento ainda viam um facho de luz quanto à aplicação desta nos casos concretos. Um destes participantes foi o Procurador Ronaldo Lima dos Santos, do

MPT-2, que chama a Lei 13.467/2017 de “deforma trabalhista”. Santos foi palestrante do painel que tratou do tema “Negociado Sobre o Legislado”, presidido pelo também Procurador do MPT-2 Marcelo Freire Sampaio Costa.

Santos apontou que há saídas para a atual crise que a Justiça do Trabalho vem vivendo e que a luta em conjunto é o caminho para isso. “Eu fico otimista não com o resultado da reforma, mas com a luta. Eu não sei o quanto nós conseguiremos mudar quanto a ela, sou pessimista quanto a isso. Mas, enquanto pudermos lutar, e eu acho que teremos pessoas dispostas a isso [...], nós vamos lutar, até o último momento”, disse.

O Procurador do Trabalho apontou para um futuro espaço de luta da categoria. “Não nos esqueçamos que este momento vai passar. Se aguentarmos durante algum tempo, firmando jurisprudência — nem que seja aqui, no chão do Judiciário, no chão do Ministério Público—, pode ser que daqui a dois ou três anos haja uma nova conformação social, política e econômica (...). A gente tem que resistir. Essa é palavra da vez”, enfatizou.

AVANÇOS OU RETROCESSOS

A penúltima mesa do dia, presidida pela Juíza do Trabalho Laura Rodrigues Benda (TRT-2), teve como tema “Teletrabalho, Trabalhador Exclusivo Autônomo – Novos Atores na Relação da Prestação de Serviços e Grupo Econômico, Sucessão, Responsabilidade dos Sócios; Desconsideração da Personalidade Jurídica do Empregador”. A Magistrada destacou em sua

OS JUÍZES LAURA BENDA, DO TRT-2, E JORGE SOUTO MAIOR, DO TRT-15 (AO LADO); DESEMBARGADOR ANTERO ARANTES MARTINS (TRT-2), MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES (TST), JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA (AMATRA-2) E O DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS, DIRETOR DA EJUD-2 (ABAIXO)

fala de abertura que o atual contexto pelo qual passa a Justiça do Trabalho serviu para derrubar mitos que existiam sobre o país. “Agora ficou bem claro que o capital só nos permitiu que tivéssemos alguns avanços nos direitos sociais do trabalho em determinados contextos históricos, mas a ideia é que isso também acabe”, pontuou Laura.

O palestrante desta mesa foi o Juiz Jorge Souto Maior, do TRT-15, que não negou um eventual pessimismo com o atual contexto trabalhista, mas destacou que isto tem um lado positivo. “Eu não consigo prever o futuro. Até porque nós temos sido atropelados com fatos surpreendentemente negativos na realidade recente do País. Então, a gente fica um pouco assustado na perspectiva de que as coisas ainda podem piorar. Mas é um sentimento necessário esse, de certo modo, pessimismo, porque ele nos põe em resistência, em vigília. Aí, a partir disso, pode ser que não aconteça todo esse retrocesso que se anuncia, e pode ser até que a gente consiga avançar em diversos outros aspectos”, comentou.

Assista à íntegra das palestras no Facebook (<https://www.facebook.com/amatra2/>) e no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UC9KivvUSaBOi5qOPg0ot2LA>)



CLÁUDIA ZERATI: MAGISTRADA EXEMPLAR

O domingo, 20 de agosto de 2017, amanheceu chuvoso.

A natureza, por certo, chorava ao anunciar que tinha levado da Terra uma de suas joias. Com o passar das horas, as lágrimas de Zeus confundiram-se com as das inúmeras pessoas que tiveram a oportunidade de com ela conviver.

Claudia Zerati.

Moça de beleza indescritível. De olhar doce e sorriso largo. Inteligência destacada.

Postura questionadora, nada por ela passava em branco.

Sua existência, neste plano, foi intensa e cativante.

Talvez seja por isso que partiu tão de repente.

De forma inesquecível. No ápice de sua juventude. A carreira em ascensão.

Um futuro promissor que vinha desenhando desde o tempo em que frequentava os bancos da PUC de Campinas e que a fez ingressar na Magistratura do Trabalho muito nova, em 26 de outubro de 1995, quando tinha apenas 24 anos.

A promoção chegou em 19 de dezembro de 2002, quando foi nomeada Juíza Titular da 7ª. Vara do Trabalho de São Paulo. Em 07 de junho de 2013 foi removida para a 2ª. Vara do Trabalho de Franco da Rocha, comarca na qual permaneceu realizando seus misteres até o fatídico dia.

Filha carinhosa. Mãe dedicadíssima. Amiga leal. Profissional competente. Serve de exemplo a todos aqueles que sonham com um País mais justo e democrático. Cumpriu exemplarmente a sua tarefa judicante. A Justiça do Trabalho muito lhe deve.

Certamente ficará o vazio atrelado às melhores lembranças.

Enquanto nos despedimos, o céu, esse sim, deve estar em festa.

Ganhou mais uma estrela.

Quando a saudade apertar, é só olhar pra cima! Lá estará ela, brilhando, como sempre fez em sua passagem entre nós.

Como pensava o escritor brasileiro, João Guimarães Rosa, “algumas pessoas não morrem, porém, ficam encantadas”.

Cláudia Zerati se encontra entre pessoas que permanecem encantadas em nossa memória.

Cláudia Zerati contagiou a todos com sua alegria e entusiasmo pela vida e pelo Direito. Ser humano especial, foi uma inspiração para todos nós, motivo pelo qual os Associados da AMATRA-2 rendem as mais sinceras homenagens.

Não há palavras hábeis a traduzir o sentimento de tristeza que novamente brota em nosso coração.

Vá em paz, Cláudia!

Diretoria da AMATRA-2





UM GIDEÃO EM PLENA ATIVIDADE

Nos últimos seis anos, o Juiz aposentado Juraci Silva dedica seu tempo “à propagação da fé cristã”

Desde os 15 anos de idade, o juiz aposentado Juraci Silva, 76 anos de vida festejados em julho passado, é evangélico praticante. Há muito tempo frequenta com a advogada Eulina Alves de Brito e Silva, sua esposa há 46 anos, a Igreja Batista da Liberdade, uma das mais antigas da capital paulista. Lá exerce as funções de diácono e conselheiro, enquanto a mulher atua como diaconisa e líder de um pequeno grupo que se reúne semanalmente no apartamento do casal.

“Dedico-me hoje à propagação da fé cristã”, afirma Juraci Silva, membro ativo da associação religiosa Os Gideões Internacionais no Brasil, instituição evangélica que agrega em 200 países homens e mulheres das igrejas evangélicas históricas – Batista, Presbiteriana, Metodista,

entre outras – com a missão de “semear a palavra de Deus”.

Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, o sul-matogrossense de Três Lagoas aprendeu com o pai ainda pequeno o ofício de encanador e electricista e com o irmão mais velho um pouco de alfaia-taria. Ao chegar em São Paulo, para onde a família mudou depois de passar uma temporada no interior paulis-

ta, entrou na Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado, na qual concluiu o curso de técnico em contabilidade.

INTERIOR PAULISTA

A carreira como Magistrado começou em março de 1971, quando Juraci Silva assumiu o cargo de Juiz do Trabalho Substituto na 30ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, tendo como mentor o atual diretor de Aposenta-

“Naquela época (regime militar) os Magistrados brasileiros sofreram muito. Eu ganhava de aluguel mais do que os meus vencimentos como Juiz Substituto”

“Hoje me considero uma pessoa realizada. Como Gideão cumpro a minha missão maior que é levar a palavra de Deus a quem não a conhece.”

dos da AMATRA-2, Desembargador Amador Paes de Almeida. Na jurisdição da 2ª Região, que na época abrangia além de todo o território paulista, os Estados do Paraná e Mato Grosso (antes da divisão em duas unidades federativas), o Juiz percorreu alguns municípios do interior de São Paulo, como Sorocaba, Piracicaba, Jaboticabal e só dez anos após o ingresso na Justiça do Trabalho foi promovido a Juiz Presidente de uma Junta (nome das atuais varas), desta vez na cidade de Bauru, a cerca de 320 quilômetros da capital. Algum tempo depois, conseguiria a remoção para São Paulo.

Os 17 anos de Juraci Silva como Juiz do Trabalho coincidiram com fase importante do regime militar, instalado no Brasil em 1964 e que só terminou com as eleições diretas para presidente da República, em 1989, quando tomou posse no ano seguinte o vencedor da disputa, Fernando Collor de Mello. “Naquela época os Magistrados brasileiros sofreram muito. Eu ganhava de aluguel de uma casa que tinha no bairro de Campo Belo mais do que os meus vencimentos mensais como Juiz do Trabalho Substituto”, lembra o Magistrado, que se aposentou em 1988, quando voltou a advogar.

DIREITO E FILHOS

A carreira jurídica de Juraci Silva antecedeu seu ingresso no curso de Direito no Mackenzie, no ano de 1970. Antes disso, já atuando na área, ajudou na formulação da Lei de Mercado de Capitais, de julho de 1965, e também na formulação da Lei de Reforma Bancária – a 4595 de dezembro de 1964, quando assessorava o então presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, João Osório de Oliveira Germano, que custeou em parte o curso do futuro Juiz na universidade presbiteriana. Silva trabalhou ainda na área habitacional do antigo Banco da Bahia, adquirido depois pelo Bradesco, e foi gerente da Companhia

de Financeira Mappin, na época uma das maiores do País.

Em 1971, mesmo ano que se casou com Eulina, abriu seu próprio escritório e fez o pé de meia que acabou sendo consumido após o ingresso na Justiça do Trabalho. Na década de 1970 nasceram seus três filhos: o engenheiro e pastor Hamilton Baez de Brito e Silva (1972), o advogado Haroldo Baez de Brito e Silva (1973) e a economista Vivian Baez de Paula (1979). Criadas as “crianças”, foi a vez da mãe e companheira estudar Direito, também no Mackenzie. Eulina concluiu o curso em 1990 e hoje, após a aposentadoria do marido também da carreira jurídica, exerce a profissão.

REALIZAÇÕES

“Hoje me considero uma pessoa realizada. Como Gideão cumpro a minha missão maior que é levar a palavra de Deus a quem não a conhece”, explica o Juiz aposentado que sabe de cabeça os números superlativos desta instituição fundada nos Estados Unidos no ano de 1899, e que distribui gratuitamente Bíblias e Novos Testamentos em 99 idiomas. Desde 1958, quando Os Gideões Internacionais começaram a atuar no Brasil, primeiramente em Belo Horizonte (MG), quase 180 milhões de exemplares já foram distribuídos – uma média de 232 mil Novos Testamentos por dia. A entidade é mantida com doações de seus Gideões, como Juraci Silva, que custeiam, entre outras atividades, a impressão dos exemplares que espalham pelo mundo.

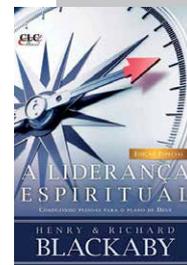
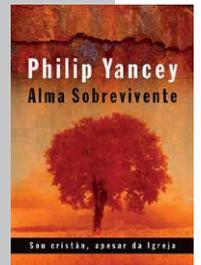
Entre os sonhos realizados pelo Juiz aposentado estavam dar educação superior aos filhos, dar a cada um deles uma boa educação cristã – os três são evangélicos – e, por fim, dar a eles uma certa estabilidade patrimonial, ou seja, define Juraci, “a sonhada casa própria”. Tudo isso conquistado, mais um sonho a ser perseguido: “após 46 anos de casados, se o nosso bom Deus permitir chegaremos (ele e Eulina) às bodas de ouro em março de 2021”.

ESPIRITUALIDADE E BIOGRAFIA

A leitura recomendada pelo Juiz Aposentado Juraci Silva reflete a sua devoção, fé e prática religiosa. Veja alguns livros indicados por ele:

Alma Sobrevivente (Philip Yancey)

Nesta obra, o escritor americano tenta responder muitas das indagações sobre fé e como ele resgatou sua própria crença apesar da instituição igreja.



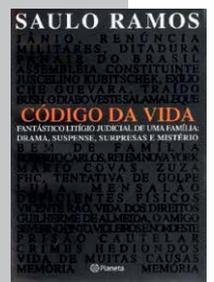
Liderança Espiritual (Henry & Richard Blackaby)

O livro dos dois pastores canadenses enumera as qualidades

de um líder e fala de como um líder cristão pode ser mais eficaz do que aqueles que lideram sem Deus.

Código da Vida (Saulo Ramos)

Autobiografia do consultor-geral da República e ministro da Justiça do governo Sarney, é um registro das memórias do advogado e também de momento importante da história do Brasil. Saulo morreu em 2013.



Meditações de Um Curso em Milagres (Helen Schucman)

Clássico espiritualista, reproduz o ditado feito por uma “voz interior” à psicóloga americana Helen Schucman entre os anos de 1965 e 1973. A obra tem três volumes, organizados por tema e divididos em oito tópicos.

ACONTECEU

COM DIREITO A FOTO NA PAREDE,

EMOÇÃO, MUITA ANIMAÇÃO E CANTORIA

Presidente da AMATRA-2 entre os anos de 2012 e 2016, a Juíza Patrícia Almeida Ramos foi homenageada com o descerramento de sua foto na galeria de imagens de ex-presidentes da entidade. A happy-hour acabou, claro, em festa.



AO LADO, A EX-PRESIDENTE DA AMATRA-2 PATRICIA ALMEIDA RAMOS, E O ATUAL PRESIDENTE DA ENTIDADE, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, DURANTE O DESCERRAMENTO DA FOTO NA GALERIA QUE FICA NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO: AMIGOS E CONFIDENTES; ACIMA, A HOMENAGEADA CERCADA DE AMIGOS



FOTOS: FELIPE PINHOLI



APÓS A SOLENIDADE FORMAL DE DESCERRAMENTO DA FOTO, JUIZES, JUIZAS, DESEMBARGADORES DA ATIVA E APOSENTADOS SE DIVERTIRAM COM UMA BANDA DE KARAOKÊ





OSASCO: HAPPY-HOUR “ITINERANTE” AMATRA-2

No dia 14 de setembro, aconteceu a confraternização organizada pela Diretoria Social com os Magistrados da Circunscrição no Pizza Bar Soggiorno, em Alphaville



FOTOS: COMUNICAÇÃO AMATRA-2

“O UNIVERSO CONSPIRA QUANDO SE TEM PROPÓSITOS JUSTOS”

Parece que faz um século em que uma Patricia completamente diferente disse SIM a um dos maiores desafios de sua vida. Era outubro de 2011. Em meio ao descrédito e insegurança eu descobria a existência de forças – internas e externas – indescritíveis.

Hoje olho para trás e tudo parece um sonho daqueles que, não obstante o transcurso do tempo, ainda tem o poder de abalar a estrutura, gelar a barriga e revolver o coração.

Passado o turbilhão de emoções do antes, durante e depois dos mandatos, tenho certeza em afirmar que a AMATRA-2 fez – e ainda faz – a diferença. Aprendi que, com propósitos justos, o universo conspira, os amigos leais e verdadeiros permanecerão ao meu lado, os espíritos de luz orientam. O sucesso então é inexorável!

Muitas foram as mudanças. A constituição de novos paradigmas só foi possível graças ao trabalho incansável e árduo daqueles que estiveram ao nosso lado durante a longa jornada. Aos queridos e aguerridos colegas e amigos, meus sinceros agradecimentos.

Além do imenso sentimento de gratidão, levo a sensação de missão cumprida e tenho certeza que a luta continua nas mãos de pessoas competentes que ora caminham sob a incansável batuta do meu querido Presidente, meu amigo, meu confidente, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, que vem trilhando a trajetória associativa de forma não só irrepreensível como brilhante.

E que venham novos desafios, como nos ensinou Guimarães Rosa:

“O correr da vida embrulha tudo.

A vida é assim: esquentada e esfria,

aperta e daí afrouxa,

sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem”.

Patrícia Almeida Ramos



NA FOTO AO CENTRO, O PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, E A DIRETORA DE APOSENTADOS, DESEMBARGADORA MARIA CRISTINA FISCH, COM OS COLEGAS DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO NAS OUTRAS IMAGENS

CONVÊNIOS

EDUCAÇÃO, SAÚDE, BEM-ESTAR, LAZER E DESCONTOS

Conheça as parcerias da AMATRA-2 para facilitar a vida de seus associados e familiares

FACULDADE DE DIREITO DAMÁSIO DE JESUS

Desconto de 15% para dependentes dos associados no curso de Direito.
www.damasio.com.br



MACKENZIE

Descontos para associados e seus dependentes em Pós-Graduação Lato Sensu, de extensão e, também, de Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio.
www.mackenzie.br

COLÔNIA DE FÉRIAS APAMAGIS

Descontos em hospedagem nas Colônias de Férias situadas no Guarujá, Campos do Jordão e Termas de Ibirá.
www.apamagis.com.br/colonias/

NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Paula Pessuto. Consultório em Higienópolis.
Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776

LIMA SUBESCOLA DE MERGULHO

Desconto de 10% em todos os cursos ministrados pela escola.
Telefone para mais informações: (41) 9911.6757

INSTITUTO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total de módulo de qualquer curso de língua italiana válido para associados, cônjuges e filhos.
www.icib.com.br

MISTRAL VINHOS

A importadora oferece descontos de até 20% em seu amplo catálogo de vinhos.
www.mistral.com.br/parceria/amatra2

LIVRARIA CULTURA

Desconto de 5% sobre livros nas lojas físicas de toda a Grande São Paulo. O associado também tem desconto nas compras online.
www.livrariacultura.com.br/c/livros?id_link=13493



ACADEMIA COMPETITION

Descontos de 15 a 20% a grupo de no mínimo dez associados matriculados em planos semestrais. O benefício é válido para cônjuges e filhos.



ULTRAPARK – ESTACIONAMENTO AEROPORTO DE GUARULHOS

Desconto de 10% no valor das diárias. É necessário efetuar reserva pelo e-mail: contato@ultrapark.com.br.
www.ultraparkgru.com.br

DANÇA&EXPRESSÃO

Desconto de 10% nas mensalidades para associados e familiares, além de isenção de taxa de matrícula.
www.dancaexpressao.com.br

BOURBON ATIBAIA CONVENTION & SPA RESORT

Desconto de 15% na tarifa vigente de qualquer apartamento escolhido, em qualquer período do ano.
www.bourbon.com.br

KING PARK CONGONHAS

Na unidade próxima ao Aeroporto de Congonhas, o estacionamento dá descontos de 20% nas diárias e 10% na mão de obra em serviços disponíveis. Em Moema, os descontos são de 25% para estacionar e 12% nas lavagens

GARAGE INN – VIRACOPOS

Desconto de 30% nas diárias da unidade próxima a Viracopos, incluindo transfer gratuito ao terminal do aeroporto.

MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para associados e familiares nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi.
www.marcellaledo.com.br

ÉRICA PANZANI FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA

Descontos de 15% (uma sessão por semana), 20% (duas sessões) e 25% (três sessões) para associados e dependentes.
Telefone para agendamento: (11) 2495.2292

GINECOLOGISTA FLAVIA PUBLIO CORREA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos.
Telefones para agendamento: (11) 5081.6478



HOTEL VILLAGIO TUDO BOM

Desconto de 10% nos serviços de hospedagem. O hotel fica no município de Uruaú (CE).
www.hotelvillagiotudobom.com

NORMANDO DESPACHANTE

Desconto de 15% em todos os serviços prestados a associados e dependentes.
Telefones: (11) 3873.1348

REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede – São Paulo, Jundiaí, Campinas e Marília.
<http://travelinn.com.br>



ESCOLA MAPLE BEAR – FERNÃO GAIVOTA

Desconto de 10% na anuidade, além de descontos diferenciados e cumulativos para irmãos.
www.fernaogaivota.com.br/maple-bear

CONCESSIONÁRIA AUTOSTAR VOLVO

Descontos para aquisição de novos veículos, conforme tabela mensal publicada no site da AMATRA-2.
www.autostar.com.br/lojas_volvo.php

VIVRÉ FRAGRÂNCIAS ESPECIAIS

Desconto de 10% em todos os produtos vendidos pelo site ou por telefone.
Telefones para compra: (11) 4116.2022 ou 98337.6678
www.vivrefragrancias.com.br

MARIA DOS ANJOS DOMÉSTICAS

Desconto de 15% na taxa de administração referente a um salário da profissional contratada.
Telefones: (11) 3105.4403

PERSONAL SECURITY TRAINING – TIRO DEFENSIVO

Desconto de 12% para associados e dependentes em cursos e instruções de tiro defensivo.
www.facebook.com/PSTraining45

PARA TER MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE WWW.AMATRA2.ORG.BR